
**A REPRESENTAÇÃO DO MODELO DE FAMÍLIA NO CONTO UMA, DUAS
TRÊS PRINCESAS, DE ANA MARIA MACHADO**

Maria Eliziane Freitas de Sousa
<https://orcid.org/0009-0003-0281-3697>

Jaquelânia Aristides Pereira
Orcid 0000-0002-7788-0865

Resumo: Essa pesquisa busca trazer à discussão os conceitos de família criados ao longo da história, numa investigação de sua representação nas narrativas da literatura infantil brasileira, com destaque para a obra *Uma, duas, três princesas*, de Ana Maria Machado. Trata-se de um estudo, de natureza bibliográfica e de análise crítica do tema, que tem como referências principais os modelos de família propostos por Zilberman (2012) e os estudos de infância de Ariès (2012). Esse trabalho está dividido em duas seções: a primeira apresenta como a família e a infância, ao longo da história se estruturam e a segunda seção investiga a forma como a família moderna é representada por autores da literatura infantil nacional, tendo como exemplo a obra de Ana Maria Machado que, semelhante à literatura brasileira contemporânea busca fazer a representação da família emancipada, deixando transparecer outra relação entre pais e filhos, que não seja pautada no autoritarismo e na dependência das crianças. Nesse novo projeto de literatura infantil, busca-se desconstruir preconceitos e valorizar as crianças e as diferentes constituições familiares.

Palavras chaves: Família 1; Representação 2; Literatura 3.

Abstract: This research seeks to bring to discussion the concepts of family created throughout history, in an investigation of their representation in the narratives of Brazilian children's literature, with emphasis on the work *Uma, Duas, Três Princesses*, by Ana Maria Machado. This is a study, of a bibliographic nature and critical analysis of the topic, whose main references are the family models proposed by Zilberman (2012) and the childhood studies of Ariès (2012). This work is divided into two sections: the first presents how family and childhood are structured throughout history and the second section investigates the way in which the modern family is represented by authors of national children's literature, taking as an example the work of Ana Maria Machado who, similar to the literature Contemporary Brazilianism seeks to represent the emancipated family, revealing another relationship between parents and children, which is not based on authoritarianism and children's dependence. In this new children's literature project, we seek to deconstruct prejudices and value children and different family constitutions.

Keywords: Family 1; Representation 2; Literature 3.



Resumen: Esta investigación busca poner en discusión los conceptos de familia creados a lo largo de la historia, en una investigación de su representación en las narrativas de la literatura infantil brasileña, con énfasis en la obra *Uma, Duas, Três Princesses*, de Ana Maria Machado. Se trata de un estudio, de carácter bibliográfico y de análisis crítico del tema, que tiene como principales referentes los modelos familiares propuestos por Zilberman (2012) y los estudios de infancia de Ariès (2012). Este trabajo se divide en dos secciones: la primera presenta cómo se estructuran la familia y la infancia a lo largo de la historia y la segunda sección investiga la forma en que la familia moderna es representada por autores de la literatura infantil nacional, tomando como ejemplo la obra de Ana María Machado quien, a semejanza de la literatura que el brasileño contemporáneo busca representar la familia emancipada, revelando otra relación entre padres e hijos, que no se basa en el autoritarismo y la dependencia de los hijos. En este nuevo proyecto de literatura infantil buscamos deconstruir prejuicios y valorar a los niños y las diferentes constituciones familiares.

Palabras clave: Família 1; Representación 2; Literatura 3.

1. INTRODUÇÃO

Todos nós temos uma família, estruturada de várias maneiras, não existindo um modelo único numa mesma sociedade, embora se tenha um como o mais valorizado e tido como padrão. Fatores sociais, religiosos, políticos e culturais interferem na organização da família, por ser ela uma instituição social. Em uma mesma sociedade, em um mesmo período histórico, podemos encontrar diferentes modelos familiares: família nuclear, monoparental, família extensa, patriarcal, homossexual, etc.

A família nuclear é o modelo mais valorizado e tido como “normal” em nossa sociedade. É essa que encontramos representada em comerciais de televisão, revistas, livros, pinturas, etc. Porém, isso não quer dizer que os demais tipos não sejam modelos de família. As famílias se adaptam às suas realidades sociais.

A família começou a ser representada por artistas na Idade Moderna. Anterior a essa época, existia família, mas não um sentimento de família como existe hoje. As famílias eram representadas em espaços públicos, juntos aos demais membros da sociedade, sem demonstrar afeição entre seus membros. Com o nascimento do sentimento de família, decorrente da estrutura econômica e social moderna, as famílias se fecharam em seus lares e as cenas externas se tornaram cada vez mais

raras. A partir da modernidade, essa instituição passa a ser representada em ambientes privados e o afeto se faz presente (ARIÈS, 2012).

O sentimento de família cresceu junto com o sentimento de infância, que também não existia anteriormente. Na Idade Média, as crianças eram tidas como adultos em miniaturas, cresciam em meio aos adultos sem cuidados voltados especialmente para elas. Quando não mais necessitavam dos cuidados básicos para sobreviverem, misturavam-se aos adultos e sua aprendizagem acontecia na prática, na observação e no fazer cotidiano (ARIÈS, 2012).

A literatura infantil constitui uma referência importante para se conhecer as representações dos vários tipos de família. Ela passa a ser reconhecida como gênero destinado às crianças durante a Idade Moderna, decorrente do novo sentimento de infância e de família. Ela surge atrelada à escola e os primeiros textos são escritos por pedagogos, responsáveis pela formação das crianças, uma literatura pedagógica, destinada a ensinar algo específico, bem como instruir de acordo com a moral e os bons costumes pregados pela classe em ascensão, a burguesia.

No Brasil, assim como na Europa, a literatura infantil surge com função pragmática. As primeiras obras que aqui circularam eram traduções e adaptações dos clássicos infantis europeus. No entanto, com o movimento de luta pela modernização do país, uma das necessidades foi a implantação de escolas e a escrita de obras que tratassem de assuntos de nossa terra, para serem usadas para fins pedagógicos. É com Monteiro Lobato que se inicia o processo de nacionalização da literatura infantil brasileira e que se tem uma variação no conceito de família representado nas obras, fato que será melhor explorado pelos escritores de literatura infanto-juvenil do final do século XX e início do XXI.

Esse trabalho está dividido em duas seções: a primeira apresenta como a família e a infância, ao longo da história, da pré-história aos dias atuais, se estruturam e como se dá o relacionamento entre seus membros. Dessa relação podemos perceber de que forma a infância é vista no decorrer da história. A segunda seção investiga a forma como a família moderna é representada por autores da literatura infantil nacional, tendo como exemplo a obra *Uma, duas, três princesas*, de Ana Maria Machado



2. Perspectiva histórica de família e infância

Segundo Ariès (2012) família sempre existiu, mas o sentimento de família e infância surgiu durante a Idade Moderna, resultado de fatores sociais que influenciaram na estrutura da família e no comportamento de seus membros.

A categoria família se modificou ao longo da história. Hoje o conceito de família abrange diversos tipos de estruturas familiares, que antes não eram reconhecidas socialmente. As mudanças também afetaram os papéis desempenhados pelos membros das famílias.

A sociedade sofreu, e ainda sofre, revoluções que transformam toda sua estrutura. Essas transformações afetam as instituições sociais e modificam a maneira dos homens se relacionarem entre si. A família, instituição social na qual ocorrem interações diversas entre indivíduos, vem se modificando a cada dia, tanto no desenvolvimento de seus papéis, como em sua estrutura. No entanto, ela não deixa de ser um importante meio de socialização, onde o ser humano recebe uma educação geral que lhe forma como sujeito.

Existente em todas as sociedades, a família se apresenta para o indivíduo como o primeiro ambiente de socialização, sendo a principal mediadora das influências culturais, modelos e padrões de comportamento. Também é responsável pela passagem de valores, ideias, crenças e significados existentes na sociedade; sendo assim, é uma instituição importante no sistema social (WITTER, 2011, p. 33).

Existem vários tipos de família. No entanto, as definições dadas à palavra família e apresentadas em dicionários e outros meios de comunicações, que estão à disposição da sociedade nem sempre englobam todos os tipos de família existentes em uma sociedade, nem abarca todo o sentido atrelado a esta entidade.

A palavra 'família', sentido popular e nos dicionários, significa pessoas aparentadas que vivem, em geral, na mesma casa particularmente o pai, a mãe e os filhos, ou ainda pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção. (PRADO, 2011, p. 12).

Temos a noção do que é família, pois cada um de nós faz parte de uma. Porém, não podemos considerar o modelo da nossa família como único, pois, "os tipos de família variam muito [...], embora a forma mais conhecida e valorizada ainda em nossos dias seja família composta de pai, mãe e filhos, chamada família 'nuclear',

'normal' etc" (PRADO, 2011, p.12). Existem outros modelos, a família monoparental, a extensa, a homossexual, a reconstruída, unitária, comunitária, entre outras que desconhecemos a denominação a ser utilizada, que condizem com realidades bem diversas. Esses são arranjos que não condizem com o padrão visado socialmente, principalmente nas classes mais abastadas.

Na Pré-história, o modelo de família existente, não que tenha sido o único ou apenas existido nesse período, era o matrilinear. "Denomina-se família matrilinear aquela que identifica o indivíduo somente pela sua origem materna" (PRADO, 2011, p. 58). As mulheres eram as protagonistas sociais, por deterem os conhecimentos das principais técnicas de sobrevivência, por desenvolverem atividades econômicas e pelo fato de darem à luz: "[...] havia o culto ao poder reprodutivo feminino, por parte de homens e mulheres, que nele viam um sinal de fertilidade da natureza, o leito de sua subsistência" (PRADO, 2011, p. 60-61).

As famílias viviam em comunidade e a educação das crianças era tarefa dos que faziam parte do grupo. Os pequenos viviam em meio aos adultos e aprendiam na prática os conhecimentos necessários à sobrevivência e à arte, que faziam parte da cultura de seu povo. "A menina ajudava a mãe a modelar o barro, observava os detalhes, imitava-a e recebia dela orientação. Um sistema de aprendizagem preside assim desde os tempos neolíticos a transmissão das artes e dos ofícios" (PRADO, 2011, p. 62).

Na Antiguidade o homem passa a exercer grande poder social, alguns dos motivos são: o reconhecimento da participação do mesmo no processo de reprodução humana e o fato de ter desenvolvido técnicas de trabalho mais avançadas que as usadas pela mulher, na pré-história.

Nesse momento histórico, o modelo de família de representação social passa a ser o patriarcal. Sendo "[...] aquela estrutura familiar que não somente identifica o indivíduo pela origem paterna (patrilinear), mais ainda dá ao homem o direito prioritário sobre o filho e o poder sobre a pessoa de sua esposa" (PRADO, 2011, p. 59-60). Esse poder do pai exercido sobre o filho pode ser percebido na família romana, "[...] onde a autoridade do *pater familias* concedia-lhe o direito sobre a vida e morte de seus filhos,



assim como do abandonar ou matar recém-nascidos” (OSÓRIO, 1996 *apud* PAGGI, 2004, p. 32).

Na Idade Média, nas sociedades pré-industriais, ainda era o homem que detinha poder social e familiar. Nesse período, temos como modelo de referência familiar nas sociedades a família extensa, que teve outras denominações, “[...] tradicional, [...], patriarcal e doméstica, entre outras denominações menos difundidas” (PRADO, 2011, p. 71). Pai, mãe, filhos, outros parentes e agregados dividiam o mesmo lar. Nessa época, segundo Ariès, ainda não se vivenciava o conceito de família e infância, como vivenciamos hoje, ambos cresceram juntos.

O sentimento de família, que emerge assim nos séculos XVI – XVII, é inseparável do sentimento de infância. O interesse pela infância, [...] não é senão uma forma, uma expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento de família (ARIÈS, 2012, p.143).

Nessa época, havia o sentimento de linhagem, que, em relação aos valores e sentimentos, era bem diferente do sentimento de família. Na linhagem não eram apenas pai mãe e filhos que eram considerados membros da família; valorizavam-se os laços de sangue. “Pode-se dizer que o sentimento de linhagem era o único sentimento de caráter familiar conhecido na Idade Média. Mas ele é muito diferente do sentimento da família, tal como vimos na iconografia dos séculos XVI e XVII” (ARIÈS, 2012, p. 145).

Na Idade Média, as famílias que eram representadas pelos pintores não apresentavam sentimento de família, as pessoas geralmente eram retratadas em ambientes públicos e não demonstravam uma intimidade familiar, a privacidade que passou existir na Idade Moderna. Essa falta de sentimento familiar também pode ser percebida, no início da representação da instituição família, devido ao fato de não existir privacidade nas casas de família.

As crianças viviam em meio aos adultos e eram tratadas como tal; as amas cuidavam destes até a idade em que não necessitavam de cuidados para sobreviverem, geralmente até a idade da desmama e depois desse período, em média com uns sete anos, passavam a levar uma vida de adulto.

A educação das crianças medievais acontecia através da prática. “[...] De modo geral, a transmissão do conhecimento de uma geração a outra era garantida pela participação familiar das crianças na vida dos adultos” (ARIÈS 2012, p. 158). Os conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento social eram repassados aos pequenos pelos adultos, que não seus pais. “Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir” (ARIÈS 2012, p. 156).

Como podemos perceber, para que esse sistema de aprendizagem acontecesse, os aprendizes passavam a conviver em um ambiente familiar que não era o seu e sua educação era responsabilidade de um mestre, que não era seu familiar. A criança “[...] desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta, o que nem sempre acontecia” (ARIÈS, 2012, p.158). Podemos justificar, através desse fato, a ausência do sentimento de família e de infância.

Na Idade Moderna, as famílias se fecham em seu núcleo familiar e a sociabilidade presente na sociedade medieval dá lugar à intimidade familiar doméstica.

A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. Era já a casa moderna, que assegurava a independência dos cômodos fazendo-os abrir para um corredor de acesso (ARIÈS, 2012, p. 184-185).

Nesse período, teremos como modelo de família, o nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Nesse novo contexto familiar, foi desenvolvido o conceito de família e de infância. As crianças passam a fazer parte das iconografias familiares a partir do século XVI e, ao decorrer dos séculos, tornaram-se o centro das atenções. A proximidade dos membros familiares é um elemento retratado pelos artistas dessa época.

Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição (ARIÈS, 2012, p. 28).



A criança não é mais vista e tratada como um adulto em miniatura, mas como um ser que necessita de cuidados especiais. Essa passa a ser educada não mais para o trabalho doméstico e sim para uma vida social e profissional mais ampla. Nesse novo contexto social, a escola surge para colaborar com a educação desse novo ideal de homem, que a família sozinha não era capaz de formar. Ir a escola não significava o afastamento da criança de sua família ou a falta de cuidado e afeto dos pais para com a mesma. As visitas aos filhos eram constantes, chegando a incomodar os mestres.

É importante ressaltar que o nascimento e o desenvolvimento do conceito de família e infância no início da modernidade, que transformou o modo de vida dessa instituição, *a priori* não atingiu as famílias de todas as classes sociais. Sendo que, as famílias oriundas das classes pobres da sociedade continuaram a viver de acordo com o sistema familiar feudal, a vida familiar misturada a vida social. “[...] Vimos como, até o século XVIII, ele não havia destruído a antiga sociabilidade; é verdade que ele se limitava às classes abastadas [...]” (ARIÈS, 2012, p. 28), assim como a educação que se destinou apenas às classes mais abastadas, ensinando as atividades desempenhadas por elas. “Enfim, as atividades desempenhadas pelos grupos dominantes na sociedade passavam a ser, cuidadosamente, ensinadas [...]” (BOCK, 2002, p. 262).

Na sociedade atual, considerada contemporânea, a família se estrutura de diversas maneiras. Valoriza-se o modelo de família nuclear, porém, devido a vários fatores sociais que trouxeram mudanças na estrutura familiar, há famílias que se organizam de outras formas.

A família instituição base da sociedade, responsável pela formação dos indivíduos, muda à medida que ocorre transformações na sociedade. Vários fatores sociais influenciam em sua composição e organização:

As transformações do modo de produção capitalista, o regime político neoliberal, o desenvolvimento das novas tecnologias, novos valores e padrões culturais ligados ao consumo, à participação da mulher no mercado de trabalho, as novas leis do divórcio e a revolução sexual e contraceptiva [...] (PAGGI, 2004, p. 61).

Os novos arranjos familiares permitem que as famílias se organizem de várias maneiras: crianças são criadas por avós, pai ou mãe que cuidam de seus filhos sozinhos, casais homossexuais ou heterossexuais que adotam crianças, enfim uma infinidade de famílias.

As leis brasileiras vêm incorporando em seus conceitos diferentes tipos de famílias, sendo que essas não se constituem necessariamente apenas por pai, mãe e filhos. Desde a Constituição Federal (CF) de 1988 vem se atentando para essa questão social. A CF 88 ampliou o conceito de família, reconhecendo que não existe um único, desde então surgiram outras leis que cada vez mais vem reconhecendo e se adequando as diferentes realidades familiares existentes em nossa sociedade.

A Constituição de 88 em seu artigo 226, afirma no parágrafo 3º: “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. No parágrafo 4º diz: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

Além da lei maior o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) apresenta duas definições de família, a natural artigo 25 “Comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes” e a extensa, parágrafo único que foi acrescido pela Lei nº 12.010, no ano de 2009, “Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. A lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) também conceitua família, reconhecendo-a como uma “comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa, independente de orientação sexual”.

Podemos perceber nos novos conceitos de família a valorização do afeto entre os membros familiares mais do que dos laços sanguíneos e o respeito ao indivíduo.

As mudanças em torno da família não diminuíram suas responsabilidades enquanto instituição social que contribui de forma significativa para a formação do ser humano. Ela continua sendo o primeiro e o principal espaço de socialização.



Entre os papéis que devem ser desempenhados pela família estão os relacionados à formação e o cuidado com seus membros, independentemente da idade destes, bem como a necessidade de cooperar com outras instituições para o melhor desenvolvimento dos mesmos, como a escola:

Atualmente a família enfrenta diversas dificuldades para desempenhar seus papéis. Entretanto se busca maneiras de sanar esses problemas e proporcionar melhores condições de vida para todos. Neste sentido, não apenas a família se preocupa em garantir o bem estar de seus membros, mas também a sociedade, através de leis que asseguram desde os direitos de crianças e adolescentes, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao direito da mulher, com a lei Maria da Penha e ainda o direito dos idosos, com o Estatuto do Idoso, entre outras. Dessa forma as pessoas que têm seus direitos desrespeitados serão amparadas pela lei e os culpados responderão na justiça a violência cometida.

A atuação da mulher no mercado de trabalho, conquista alcançada com muita luta, é um dos fatores que gera dificuldades de gerenciamento familiar em algumas famílias, devido ao fato da maternidade e dos serviços domésticos estarem vinculados à mulher.

Atualmente, mesmo com as mudanças no papel social da mulher, que agora trabalha fora de casa, a maternidade permanece sendo o maior valor feminino e, sendo assim, este estado de coisas tende a se repetir; agora com o agravante da falta de tempo para estar presente (PAGGI, 2004, p. 85).

As mudanças ocorridas no meio social, de forma geral, não alteraram o papel da mulher no meio familiar. Este é um estigma ligado à mulher ao longo da história. Para compreendê-lo precisamos fazer um retrocesso histórico.

Como já mencionamos no tópico anterior, as mulheres já foram reconhecidas e valorizadas socialmente. Elas contribuíram com o desenvolvimento da agricultura, domesticação de animais e outras técnicas de sobrevivência, como a cerâmica e a tecelagem durante a Pré-história. Elas comandavam os lares e os conhecimentos eram repassados das mais velhas as mais jovens: “As mulheres exerciam o controle das principais técnicas de sobrevivência, nos primórdio do neolítico e, por isso,

detinham um grande poder. Daí o sistema matrilinear da estrutura familiar” (PRADO, 2011, p.62).

O homem desenvolveu técnicas de sobrevivências tecnologicamente mais avançadas que as mulheres e seu papel no processo da reprodução humana foi reconhecido. Surge então o sistema patriarcal, que disseminou seu ranço ao longo da história, nas mais diferentes sociedades. Nesse sistema o homem é o elemento principal na estrutura familiar. Cria-se uma hierarquia familiar na qual o pai está no topo e detém poder sobre a mulher e os filhos.

Como podemos perceber a origem da ligação da mulher ao cuidado do lar e dos filhos não é um fato atual. Contemporânea são as lutas pelo direito da igualdade de gênero. Apesar das mulheres mostrarem que são capazes de desempenharem as mesmas funções que os homens, elas não têm o mesmo reconhecimento que eles, na maioria das vezes, recebendo salários inferiores.

Na família tradicional, a mulher é a dona de casa e o homem trabalha para “sustentar” a família. Porém está se tornando cada vez mais recorrente em nossa sociedade a inversão ou o total desprendimento do desempenho desses papéis. Em outras versões familiares, que não a tradicional, a mulher está se tornando cada vez mais independente, chegando a assumir o papel de chefe de família.

Na atualidade também já se idealiza outro tipo de pai, não mais apenas o provedor, mas que também participe da vida dos filhos. Dessa forma hoje se “[...] repudia a ideia de pai como uma figura distante e autoritário e baseia-se na construção de uma relação com os filhos de amizade e diálogo” (PAGGI, 2004, p. 79).

Na ausência dos pais, especialmente da mulher, as crianças estão ficando aos cuidados de “outros” cada vez mais cedo. Estes podem ser parentes, empregados da família ou até mesmo a escola, que atende crianças de diversas idades:

Em todas as classes sociais, as crianças estão indo cada vez mais cedo para as instituições educacionais. Os motivos são os mais diversos, sendo que um deles deve ressaltado: a entrada da mulher no mercado de trabalho, quer para garantir a renda familiar, quer como projeto de vida profissional (BOCK, 2002, p. 250).



Sendo assim a educação que deveria ser recebida na família se torna encargo de outros: instituições e pessoas que não são os pais. Estes convivem pouco com os filhos. Nesse curto tempo, muitas vezes, buscam compensar sua ausência, cedendo às vontades dos mesmos. Embora haja esse tipo de educação em algumas famílias, torna-se relevante dizer que não existe apenas essa possibilidade de relação permissiva entre pais e filho. É possível conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares. Mesmo longe os responsáveis podem acompanhar a educação de seus filhos, bem como aproveitar o tempo que passa com os mesmos da melhor forma.

3. As representações de família na literatura infantil brasileira

A literatura infantil surgiu devido a várias mudanças sociais, políticas econômicas, culturais, que modificaram o modo de vida da família. Com a ascensão da classe burguesa, presenciamos o surgimento de um novo sentimento de infância e de família. A família, que no antigo regime era aberta para a sociedade, onde todos, crianças e adultos vivenciavam as mesmas situações, se recolhe em seu lar e passa a se preocupar com a formação moral e intelectual da criança. Essa é uma forma de demonstrar o laço afetivo que une os membros de uma família, ausente anteriormente.

A educação da criança burguesa, que não acontece somente no âmbito familiar, passa a contar com a literatura, que serve como um meio de auxiliar as escolas na formação das crianças. Em sua origem, as narrativas literárias tinham um objetivo específico, repassar ensinamentos moralizantes, que os adultos julgavam necessários à formação dos pequenos, subestimando as potencialidades da criança, suas vivências, seu poder de compreensão e crítica. Assim, podemos supor que estas (as narrativas) não despertavam a atenção dos *infantes*, pois se limitavam ao repasse de algo intencional, não permitindo que o leitor viajasse no mundo da imaginação.

Sem esquecer a literatura de cunho maravilhoso, a literatura deve abordar também temas reais, que fazem parte do cotidiano vivido pela criança, pois isso mexe com seus sentimentos, levando-a pensar, e esclarecer suas dúvidas. Dessa forma, é importante que o autor apresente também a realidade como ela é, sem eufemismos, valorizando o que está sendo dito. Isso é determinante para se efetivar um dos objetivos da literatura, esclarecer.

Dentre os assuntos que fazem parte da vida da criança e que possivelmente podem vir a ser de interesse da mesma ao ler uma obra literária, destacaremos aqueles ligados às relações familiares. Nós, seres humanos, fazemos parte de uma família e vivenciamos diferentes realidades, sendo elas bem sucedidas, ou não, dessa forma:

[...] Querer discutir relações familiares fáceis/ difíceis/ conflituadas/ dispersivas/ gregárias/ simpaticonas etc. , e até a nova estruturação das famílias – nestas décadas onde há tantos casamentos desfeitos e refeitos – faz parte do repertório indagativo e questionador de toda pessoa (ABRAVOCICH, 1997, p. 98).

Abramovich (1997), ao relatar sobre o casamento, através do qual se forma uma família e a partir do qual a mesma chega ao fim após a separação de um casal, e a nova realidade vivida pelos filhos, frutos dessa união, enfatiza a importância de se contar histórias para as crianças nas quais os personagens vivenciem o mesmo dilema. Essa é uma situação que faz parte do mundo moderno.

A autora cita obras como: *Sexta-feira à noite*, de Mário Prata, *O dia de ver meu pai*, de Viviane de Assis Viana, *O menino maluquinho*, de Ziraldo e *Tchau*, de Lygia Bojunga, que expõe a realidade vivida por crianças filhas de pais separados. O filho (a) passa a viver com um dos pais, ou se divide entre os dois, passando a semana com um e o fim de semana com o outro. Essa nova configuração familiar, em alguns casos, é resultado da infelicidade do casal, que, por falta de amor ou por qualquer outra causa que o impossibilita de ser feliz, um ou os dois decide(m) seguir caminhos diferentes, sozinho(s) ou com outra pessoa.

Considerando que a literatura infantil nasceu com a burguesia, Zilberman busca identificar como a família burguesa é representada na literatura infantil, no que concerne à figura do adulto e da criança. Através de seus estudos a autora analisa diferentes narrativas infantis produzidas no Brasil das primeiras décadas do século XX até a produção atual. Zilberman estabelece três modelos teóricos: o *eufórico*, o *crítico* e o *emancipatório*.

No primeiro modelo há a valorização da vida no meio familiar, no qual os adultos têm sempre razão e busca formar a criança condizente com os padrões impostos pela sociedade. O modelo *eufórico* “[...] é aquele que privilegia os valores da existência doméstica, encerrando nelas as personagens infantis. Portanto,



transparece aqui a euforia com a vida administrada pela família, que lega a seus rebentos os principais padrões da sociedade” (ZILBERMAN, 2012, p. 166). A autora aponta esse modelo como mais recorrente nas narrativas nacionais e cita a obra de Erico Veríssimo como exemplo da utilização do mesmo.

As narrativas referentes ao esse modelo *eufórico* se dividem em dois tipos, que reforça a dominação das crianças pelos seus genitores:

[...] o universo dos textos divide-se em duas camadas, a das crianças, que abandonam o campo domiciliar, mas não tem condições de romper com ele definitivamente; a dos adultos, de preferência os pais (as mães são raras nestes relatos), que regulam a vida familiar, ordenando suas concepções existenciais e o *modus vivendi* (ZILBERMAN, 2012, p. 167).

Já no modelo *crítico* a família é uma instituição em crise. Zilberman (2012) cita obras nas quais ocorrem esse modelo, *A fada que tinha ideias* e *A curiosidade premiada*, de Fernanda Lopes de Almeida; *O menino mágico*, de Raquel de Queiroz, etc. .

Fatores da sociedade moderna influenciam o estado de crise em que se encontra a família. O seio familiar não é mais considerado, como no modelo anterior, um lugar harmonioso, por isso deixa de ser ideal para a criança. E mesmo em meio a uma relação de desentendimento entre adulto e criança, as personagens mirins permanecem em seu lar. “[...] Dessa maneira, como no caso do modelo *eufórico*, este modelo *crítico* ainda encerra seus heróis no círculo familiar, embora pareça incômodo e desajustado” (ZILBERMAN, 2012, p. 170).

A criança não é capaz de pensar e agir criticamente e permanece, como no modelo *eufórico*, à mercê dos adultos. Segundo Cerccantini (2011)

O terceiro e último modelo é o *emancipatório*. Neste a criança tem autonomia para afastar-se do meio familiar e buscar conhecer outros mundos, sem que sofra a interferência dos pais. Nas narrativas que diz respeito a esse modelo não há “[...] a intermediação dos pais na relação entre a criança e a realidade, coloca seus heróis numa posição de autonomia em relação a uma instância superior e dominadora” (ZILBERMAN, 2012, p. 171).

Em busca de conhecer a realidade que está além do meio familiar, os heróis vivenciam experiências e adquirem conhecimentos que contribuem com sua formação.

O seu retorno significa uma aprendizagem e um crescimento da realidade externa à família, e não, necessariamente, um reconhecimento da superioridade do lugar de origem, visto que em alguns casos, essa volta não é bem acolhida por alguns protagonistas (GRAZIOLI; RETTENMAIER, 2015, p. 207).

As temáticas abordadas vão além da relação adulto/ criança, demonstrando a superação da divisão extrema, existente nos modelos anteriores, entre os mundos que cada um faz parte. É apresentado outro tipo de relacionamento entre os personagens, sem que haja submissão entre ambas.

Podemos citar Monteiro Lobato como o inaugurador do padrão *emancipatório*. O autor em um conjunto de obras apresenta a turma do sítio do Pica-pau-amarelo, que é formada por diferentes personagens, seres humanos e imaginários, que dialogam de igual para igual. As crianças são livres para viverem aventuras, vencendo dificuldades, mesmo que estas não sejam condizentes com a sua idade. Em suas viagens pelo mundo, imaginário ou real adquirem conhecimentos diversos sendo eles relacionados à cultura, política, economia, etc.

Monteiro Lobato foge do modelo de família tradicional e conseqüentemente expõe uma nova visão de infância, em suas narrativas “[...] introduz uma visão da infância absolutamente revolucionária para sua época (e que até hoje não envelheceu), no que propõe de autonomia e emancipação para a criança: distante dos pais, livre, no Sítio do Picapau Amarelo, [...]” (CERCCANTINI, 2011, p.131).

Após Lobato, muitos autores atingem a modalidade emancipatória, Zilberman cita a *Corda bamba*, de Lygia Bojunga Nunes como um exemplo de representação do modelo supracitado. Cerccantine (2011) acrescenta:

Cerccantini (2011) menciona ainda, em uma nota de rota pé, nomes de autores da literatura infantil, dos quais podemos encontrar entre suas obras textos de caráter emancipatório: Ana Maria Machado, Bartolomeu Campos de Queirós, João Carlos Marinho, Marina Colasanti, Marta Azevedo Pannunzio, Pedro Bandeira, Ricardo Azevedo, Sérgio Caparelli, Sylvia Orthof, Toni Brandão, Vivina de Assis Viana, Ziraldo.



Autora de diversas obras infantis Machado, que ocupa a cadeira número 1 da Academia Brasileira de Letras, publicou seu primeiro livro infantil em 1977, *Bento-que Bento é frade*, e a partir de então lançou diversas obras que lhe concederam inúmeros prêmios nacionais e internacionais, de literatura infantil. Em 2000, Ana recebeu o prêmio internacional Hans Christian Andersen, considerado o Nobel da Literatura Infantil e Juvenil, pelo conjunto de sua obra.

Ana Maria em suas diversas narrativas aborda diferentes temas sociais, políticos, culturais e econômicos. Em algumas de suas obras busca desconstruir o clássico, fugindo do tradicional “Era uma vez” e do “Foram felizes para sempre”, empregando este com certo tom de ironia. As atitudes das princesas, reis, rainhas e príncipes não condizem com o clássico, o esperado.

Essa forma moderna da autora abordar assuntos também atinge o modo como a mesma representa a família, foco principal de nosso trabalho. Em suas histórias apresenta diferentes modelos de família, bem como diferentes relações familiares, se distanciando de um padrão tradicionalista. Entre as obras de Ana Maria Machado escolhemos: *Uma, duas, três princesas*, para assim analisarmos de acordo com os modelos teóricos propostos por Zilberman (2012), bem como apresentando nossas impressões de leitura.

Através do conto *Uma, duas, três princesas* (1941), a autora, Ana Maria Machado, vem quebrar diversos paradigmas construídos socialmente: literários, de raça, gênero, etc. A narrativa descreve a história de uma família real, formada por pai, mãe e filhas, ou seja, modelo nuclear. E há um envolvimento afetivo entre os membros da mesma. “Era uma vez um rei e uma rainha que tinha três filhas? Pode ser. Uma, duas, três princesas” (MACHADO, 2013, p. 4).

Essa família é moderna, formada por pessoas de mente aberta, e fazia parte de uma sociedade comandada por homens, que, diante do fato de o casal real ter apenas filhas mulheres, essa regra teve que mudar.

Quando nasceu a terceira, o rei disse para a rainha: – O que a gente faz agora, minha majestade? [...] A rainha sorriu mais ainda e respondeu ao rei: – agora meu querido, só temos um jeito. – Qual? – Vamos ser modernos e acabar com essa história de príncipe herdeiro (MACHADO, 2013, p. 6).

O rei aceitou a sugestão dada pela sua rainha. Mas, para que fosse cumprido o desejo do rei, ele precisou falar com seus parlamentares. Além de sua família ser moderna este também governava um reino moderno e democrático, onde parlamentares também participavam das decisões.

Foi isso mesmo que o rei fez. Mandou um projeto para o parlamento, propondo que princesas também pudessem herdar o trono [...] E como naquele reino quem mandava de verdade era mesmo o parlamento, os parlamentares acharam ótimo que o reino ficasse mais moderno ainda (MACHADO, 2013, p. 9).

Outra característica moderna desse reino é a preocupação em educar as princesas para herdarem o trono, da mesma forma que seriam educados os herdeiros se fossem príncipes: “Para ficarem tão sabidas e preparadas como eles” (MACHADO, 2013, p. 9). Podemos perceber assim a evolução dessa sociedade e dessa família. “Por conta disso, as meninas ganharam computadores e com eles navegaram. Jogaram jogos empolgantes. Aprenderam muitas coisas diferentes [...]” (MACHADO, 2003, p.10).

O que estava tudo bem mudou quando o rei ficou doente, resultado de um feitiço, e precisou de alguém para ir à busca de remédio que pudesse acabar com a magia. “Nas outras histórias, as tais dos três irmãos, seria hora de reunir os sábios, os ministros e mandar chamar os três príncipes” (MACHADO, 2013, p. 15). Mas, como nessa história não tem príncipe, sobrou para as três princesas.

A primeira filha que foi em busca da cura para doença do pai foi a mais velha. Ela foi já pensando que não ia conseguir, pois em todas as histórias que conhecia, quem conseguia resolver os mistérios, encontrar a solução para os problemas era o filho mais jovem. E quando não encontrou nada resolveu pedir ajuda a sua irmã do meio. “Disse que não achara nada, mas que estava preocupada. Não podia perder tempo, o pai podia piorar. Era melhor descobrir logo como podia se tratar. Que enviasse logo a outra irmã. A de olhos de avelã” (MACHADO, 2013, p. 19).

A segunda princesa também foi em busca de solução para doença do pai, mas também não conseguiu, por não ter estudado o bastante e não conhecia todas as histórias dos livros e se atrapalhou toda tentando encontrar algum ser encantado. “Pior foi quando ela beijou um sapo. [...] Ele não virou príncipe e ela ficou doente” (MACHADO, 2013, p. 19).



Com a doença da irmã do meio, só restou a caçula. Ela usava sempre a internet como fonte de pesquisa, pouco sabia das histórias dos livros. Saiu do castelo e, no decorrer de sua caminhada, realizou vários feitos, e misturou todas as histórias clássicas. Ela se embarçou toda e nada conseguiu encontrar. Os jornais do reino noticiaram as trapalhadas da princesa. A mais velha foi chamada novamente e foi ela que falou para chamar um especialista. O rei e a princesa do meio ficaram bons, e a caçula foi para a escola.

Diante do que foi exposto, podemos classificar a obra *Uma, duas, três princesas* como *emancipatória*, à medida que é concedida autonomia as princesas para resolver o problema enfrentado pela família real. Diante da doença misteriosa do rei, as filhas vão à busca de algo mágico para curá-lo. Elas partem uma por vez e vivem muitas aventuras, desafios e perigos.

As princesas não encontram nenhum remédio que possa curar o rei e voltam para casa. No entanto, o retorno ao lar não significa o reconhecimento da supremacia do mundo familiar em detrimento do exterior, pois o contato com o mundo exterior lhes possibilitou aprendizagens positivas. Podemos perceber uma complementaridade entre ambos os mundos, uma vez que foi através do contato com o mundo externo que foi possível perceber que a princesa mais jovem precisava se dedicar mais aos estudos.

Outros quesitos que nos leva a classificar essa obra como *emancipatória* é o fato da mesma apresentar uma nova proposta de relação entre os sujeitos, que foge do tradicional só o adulto tem razão; abordar temas que vão além do mundo familiar. Como: sobre a questão da igualdade entre os gêneros, se o homem pode governar a mulher também pode, basta que a elas seja proporcionado o mesmo tipo de aprendizagem necessária ao desenvolvimento dessa função. Há também a questão racial, se tratando de uma quebra de paradigmas, pois, ao contrário dos contos de fadas clássicos que apresentam princesas brancas de cabelos lisos, as princesas apresentadas por Ana Maria Machado nessa narrativa são todas morenas de cabelos cacheados. E também a questão tecnológica, cada vez mais presente em nosso meio.

4. Considerações finais

A família se modificou ao longo história, à medida que a sociedade mudou. Ela se adaptou às diferentes realidades vivenciadas pelas pessoas em decorrência da vigência de fatores sociais, políticos e econômicos variados. Hoje na sociedade ocidental não há um modelo único de família e o estado, através das leis, reconhece essas variações e assegura os direitos de seus membros.

Quanto à literatura infantil brasileira, surgiu com interesses pedagógicos e morais, por influência da literatura infantil europeia, mas aos poucos foi se desvencilhando desse modelo no desejo se produzir uma literatura infantil nacional, que pudesse está próximo da realidade vivenciada socialmente. Em relação a representações de família e de infância, Monteiro Lobato é o percussor dessa literatura, apresentando um modelo emancipatório de representação da família. O conjunto de sua obra apresenta um novo conceito de família e de infância, emancipando a criança do ambiente familiar e estabelecendo uma relação de igualdade entre os sujeitos. Essa nova visão se fez presente em outros autores posteriores a ele, como Ana Maria machado, que em sua obra *Uma, duas três princesas*, apresenta uma relação de confiança e respeito entre membros de uma mesma família, nos levando a refletir que independente do modelo, o que importa são as relações criadas no seio de cada família.

Referências bibliográficas

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosura e bobices**. São Paulo Scipione, 1997

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.) **Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. Reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

Brasil. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. **Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata [recurso eletrônico] : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata**. – 12. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: www2.camara.leg.br/a-camara/programas.../estatuto-da-crianca-e-do-adolescente. Acessado em 10/12/2017.

CECCANTINI, João Luís. **Literatura infantil - a narrativa**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores



- didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 117-137, v. 11. Disponível em acervodigital.unesp.br
- GRAIOLI, Fabiano Tadeu; RETTENMAIER, Miguel. **A representação da família na dramaturgia infantil e juvenil**: O caso da obra *O menino detrás das nuvens*, de Carlos Augusto Nazareth. Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo – v. 11 – n. 1- p. 202-223 – jan/jun.2015.
- MACHADO, Ana Maria. **Uma, duas, três princesas**. Ilustrações da Luani Guarniere. São Paulo: Ática, 2016. 40. : Il. (Abrindo Caminho).
- PAGGI, Karina Preisig. **O desafio dos limites**: um enfoque psicossocial na educação dos filhos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- PRADO, Danda. **O que é família**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- WITTER, Geraldina Porto. **Família e Aprendizagem** (org.). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. 1. Ed. digital São Paulo: Global, 2012.

Submetido em 01/07/24.

Aprovado em 22/07/24.